

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIORRATARIA NO PAÍS (CPI - BIORRATARIA)

REQUERIMENTO N° , DE 2004.
(Da Senhora Maria Helena)

Solicita que seja convidado a comparecer em reunião de audiência pública representante da Comissão Pró Yanomami - CCPY para se pronunciar a respeito das ações desenvolvidas em sete comunidades Yanomamis por essa OnG

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, se digne tomar as providências para que seja convidado a comparecer em reunião de audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, um representante da Comissão Pró Yanomami - CCPY para se pronunciar a respeito das ações desenvolvidas nas comunidades Yanomamis Toototobi, Parawau, Homoxi, Alto Catrimani, Paapiu, Kayanau e Demini, bem como para esclarecer qual o tipo de envolvimento de países que dão suporte às suas atividades.

JUSTIFICAÇÃO

A Amazônia tem sido o *locus* da ação de diversas organizações, nacionais e internacionais, que constroem um arcabouço de atividades calcado na preservação do meio ambiente e na defesa dos povos indígenas ali arraigados. Louvável é o trabalho de muitas dessas organizações. Porém, por meio de fatos apurados e denúncias diversas, somos conhecedores de que nem todas as pessoas que exercem suas lides nessa área o fazem sem intenções ulteriores. Faz-se necessário, assim, que estejamos vigilantes às ações e trabalhos realizados nessa região, patrimônio de todos os brasileiros, razão maior que alicerça a existência desta CPI, que investiga a Biopirataria.

A Organização Não Governamental Comissão Pró Yanomami - CCPY vem realizando um trabalho significativo junto ao povo Yanomami, com programas ambientais e de educação para essas comunidades indígenas, na busca da recuperação das áreas degradadas pelo garimpo. Segundo informações veiculadas pela mídia, essa organização conta com um aporte de recursos da ordem de R\$ 1,18 milhão anuais, oriundos do Ministério do Meio Ambiente e de duas organizações norueguesas: *Rainforest* e *Norad*. Nesse sentido, consideramos importante contar com o depoimento de pessoa responsável por tarefa dessa envergadura, de forma a clarificar quem integra a CCPY; quem executa os trabalhos em terras brasileiras; se há a participação profissional de indígenas; qual a natureza das ações desenvolvidas pelas organizações internacionais em nosso território e em outros países; na hipótese de atuação de estrangeiros nas atividades aqui desenvolvidas, como se dá o envolvimento desses nos trabalhos com os nossos indígenas; qual a contrapartida dessas organizações em razão do montante alocado nessa causa; quantos são e que atividades são exercidas por cidadãos noruegueses ou de outros países com os Yanomamis; se os estrangeiros se fixam na localidade ou se há um rodízio freqüente; dentre várias outras indagações que poderão ser de grande utilidade para os trabalhos desta comissão. Com a contribuição dessa ONG torna-se possível percebermos o contexto em que ocorrem trabalhos dessa natureza, onde há a união de forças entre organizações nacionais e internacionais.

Diante do acima exposto, na tentativa de ampliarmos o alcance dos debates promovidos por esta comissão, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 2004

MARIA HELENA
DEPUTADA FEDERAL
PPS-RR